

3

A Editora

3.1.

A fundação e a Companhia Editora Nacional

As datas relativas ao início da Editora Civilização Brasileira são imprecisas. O editor Ênio Silveira afirmava que sua fundação foi em 1932. Outras fontes, porém, afirmam que essa é a data em que a Editora foi comprada por Octalles Marcondes Ferreira, passando a fazer parte do então poderoso grupo da Companhia Editora Nacional. O fato é que foi entre o final da década de 1920 e o início da década seguinte, no Rio de Janeiro, que o poeta Ribeiro Couto, juntamente com o escritor integralista Gustavo Barroso e o jornalista Hildebrando de Lima, irmão do poeta Jorge de Lima, juntaram-se para criar a Civilização Brasileira. Seu objetivo era agitar o meio cultural do país, ainda muito preso aos padrões franceses e à vida editorial portuguesa.

A editora não teve inicialmente muito sucesso, possivelmente devido ao fato de ser administrada por intelectuais que não sabiam lidar bem com o mercado ou não se dedicavam o bastante ao empreendimento. Ribeiro Couto era também diplomata, e passava muito tempo fora do Brasil. Sua obra poética já era editada pela Companhia Editora Nacional, de propriedade de Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira. Ribeiro Couto então vendeu sua parte na Civilização a Octalles. Alguns anos depois, Gustavo Barroso, perseguido por motivos políticos, teve de deixar o país, indo para Portugal. Antes de partir, vendeu sua parte a um irmão de Octalles, Fenício. Em pouco tempo, os irmãos acabaram comprando todas as ações.

A Companhia Editora Nacional (CEN), estabelecida em São Paulo, já era então uma empresa bastante lucrativa e com uma importante fatia do mercado editorial. Atuava principalmente no setor de livros didáticos, historicamente muito lucrativo. Apesar da grande experiência acumulada e da “operacionalidade de Octalles”, (FELIX, 1998, p.44) a Editora Civilização Brasileira continuou não tendo grande sucesso comercial. A administração à distância dificultava a obtenção de melhores resultados. A casa chegou a publicar, em meados da década

de 1930, a coleção completa das obras de Joaquim Nabuco e títulos de autores importantes, como José de Alencar, Balzac, Vitor Hugo, Dostoievski, Dumas, Gorki e Zola. Estima-se que cerca de trezentos mil exemplares tenham sido produzidos nesse período (apenas para efeitos de comparação, a CEN produziu então cerca de um milhão e setecentos mil exemplares). (HALLEWELL, 1985, p.278) O livro de maior sucesso em termos de vendas, porém, foi o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, que teve inúmeras reedições e revisões, inclusive sob a coordenação de Aurélio Buarque de Holanda.

Octalles chegou a usar o nome Civilização Brasileira também em uma filial aberta em Lisboa, que funcionou por cerca de dez anos. O comércio livreiro entre Brasil e Portugal estava então em fase de transformação. O Brasil sempre fora o maior comprador, e a venda ultramarina de livros brasileiros havia sido, durante muitos anos, praticamente inexpressiva. A situação, na década de 30, começava a se alterar, em função da queda na taxa de câmbio. O livro brasileiro invadiu Portugal, chegando mesmo a assustar as editoras daquele país. Octalles parece ter sido um dos primeiros editores brasileiros a perceber o movimento e a lançar-se nesse empreendimento. (*Id.*, pp.278-280)

3.2.

Ênio Silveira

Ênio Silveira começou a trabalhar na Companhia Editora Nacional quando ainda era estudante de Sociologia em São Paulo, no início da década de 1940. A partir daí sua história começa a se aproximar da história da Editora Civilização Brasileira. Sua vida pessoal está de tal forma ligada à vida da editora que muitas vezes é impossível separá-las. Grande contador de casos, Ênio narrava os episódios que marcaram esse caminho de forma inesquecível. Um deles é o seu encontro com Monteiro Lobato, que lhe apresentaria a Octalles e lhe ofereceria o emprego na CEN.

Ênio tinha dezoito anos quando sua amiga Leonor Aguiar, mulher muito culta e bem mais velha que ele, o convidou para ir uma tarde a sua casa a fim de conhecer Lobato. Ênio chegou e encontrou a porta aberta, com um bilhete: “entre e feche a porta por dentro”. Uma vez dentro da casa, Ênio chamou pela amiga,

que lhe respondeu do banheiro, pedindo-lhe que fosse até lá. Constrangido, Ênio foi até o banheiro, onde deparou-se com Monteiro Lobato nu dentro da banheira, tendo as costas vigorosamente esfregadas por Leonor. Aos poucos, a canhestra situação foi dando lugar a uma amigável conversa, e Ênio saiu dali com uma indicação para falar com Octalles. E uma vaga na Companhia Editora Nacional, que acabou se tornando sua “universidade aberta”. (FERREIRA, 1992, p.30)

Durante o período em que trabalhou na CEN, Ênio teve contato com vários escritores e intelectuais, tornando-se amigo de muitos deles. Foi também durante esse período que conheceu e se casou com sua primeira esposa, Cleo Marcondes Ferreira, filha de Octalles. Pouco depois de se casar, Ênio foi para os Estados Unidos, onde fez um curso de editoração na Universidade de Colúmbia e trabalhou na Editora Alfred A. Knopf. Ali conheceu importantes autores americanos e aprendeu novas técnicas editoriais, principalmente quanto à divulgação dos livros. Já havia então desistido de seguir o caminho da Sociologia e decidido adotar a atividade editorial como profissão.

Foi também nos Estados Unidos que Ênio aprofundou sua posição ideológica marxista, que já cultivava desde o Brasil. Sua posição política era contrária à de seu sogro, mas isso não havia interferido em suas relações. Octalles tivera uma conversa franca e direta com o genro a esse respeito:

“Olha, Ênio, tenho informações de que você tem ligações com a esquerda. Quero lhe dizer que não sou de esquerda, até pessoalmente sou contra a esquerda, mas respeito o seu direito de ser, com uma condição: a editora não tem linha política, e eu queria que você assumisse comigo o compromisso de em nenhum momento tentar, direta ou indiretamente, interferir politicamente na editora.” (*Id.*, p.31)

Ênio cumpria o acordo.

Voltando dos Estados Unidos, Ênio foi morar em uma casa que havia mandado construir, planejada especialmente pra abrigar adequadamente seus livros. Ali, ele e Cleo tiveram seu primeiro filho. Poucos anos depois, no início da década de 50, Octalles o chamou novamente para uma importante conversa. Falou-lhe sobre a Editora Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro, e sobre a má fase que a empresa atravessava. Octalles desconfiava inclusive de desvios da gerência local. Havia dois caminhos possíveis a seguir: fechar a empresa ou tentar

desenvolvê-la. Octalles queria investir na segunda opção, e queria que Ênio fosse o encarregado pela tarefa.

Superando um preconceito paulista segundo o qual o Rio de Janeiro é um lugar onde não se trabalha, Ênio mudou-se com a mulher e o filho pequeno com o compromisso de ficar por apenas seis meses. Esse tempo, porém, foi suficiente para que se apaixonasse pela editora e pelas possibilidades que ela lhe oferecia. A Companhia Editora Nacional estava cada vez mais voltada para o livro didático. A editora que então mais publicava autores brasileiros era a José Olympio, mas, nas palavras de Ênio, “embora a figura de José Olympio fosse uma figura extremamente respeitável e fundamental para a história do livro no Brasil, havia uma panela da editora José Olympio, alguns autores entravam, outros não entravam (...)”. (*Id.*, p.52) Ênio percebeu então que essa era uma “vasta área de manobra” em que poderia atuar como editor.

Dois anos depois, Ênio vendia sua casa em São Paulo e mudava-se definitivamente para o Rio de Janeiro. Com o dinheiro da venda, comprou as ações de Fenício, irmão de Octalles. A editora vivia então um período de rápida expansão, chegando a publicar vinte livros por mês, ou seja, mais de um livro por dia útil. (*Id.*, p.54) Alguns livros alcançaram grande sucesso, como *O velho e o mar*, de Ernest Hemingway, que teve uma tiragem inicial de vinte mil exemplares.

3.3.

Vulgarizando o livro

Um dos fatores que contribuíram para o sucesso da editora foi a postura de Ênio de não sacralizar o livro, mas, ao contrário, de desmistificá-lo e popularizá-lo. Foi ele quem introduziu no Brasil a brochura aparada. Antes disso as páginas vinham fechadas, e o leitor precisava abri-las com uma espátula. Ênio também empregou propaganda maciça na venda dos livros, utilizando inclusive *outdoors*, o que não era muito comum na época. Investiu em livros de bolso, livros feitos em papel-jornal, para serem vendidos a preços bem acessíveis nas bancas de jornal. Essas atitudes provocaram um certo choque entre os mais conservadores. A reação do editor José Olympio é bastante significativa: “Mas você está transformando o livro num objeto vulgar”. Ao que Ênio teria respondido: “Mas

ele é, enquanto objeto, um objeto, e quanto mais vulgar melhor para os editores, se você quer saber; e quanto mais vulgar melhor para os leitores”. (*Id.*, p.155) Ênio defendia que o livro não fosse um objeto de consumo apenas para a elite. O acesso a ele deveria ser democratizado, como uma forma de impulsionar o processo cultural brasileiro.

Essa visão de Ênio é expressa com clareza e força em um discurso proferido por ele em 1966, em homenagem a seu colega de trabalho e companheiro de lutas Mário da Silva Brito:

“Acreditávamos no Brasil, acreditávamos nas imensas possibilidades de nosso povo avançar rumo à plena realização, desde que fossem eliminados de seu caminho os empecilhos tradicionais – miséria, fome, doenças, incultura – resultantes da exploração cruel a que sempre esteve submetido, tanto pelas classes dominantes nacionais como pelas potências imperialistas que, por sua vez, as controlavam. Para alcançar a eliminação desses empecilhos, púnhamos (e ainda pomos) muita fé na eficiência dessa arma *branca*, silenciosa e paciente, que é o livro. A despeito da eterna perseguição que em todas as épocas e sociedades sempre lhe movem as forças do obscurantismo e da prepotência, ele é instrumento capaz de revolver o mundo e levar os homens a repensá-lo criadoramente. Convencidos disso, agimos.” (HALLEWELL, 1985, p.449)

O lema da Civilização Brasileira, “Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê”, sintetiza a ideologia da editora: é preciso facilitar o acesso ao livro e incentivar a leitura para que o povo seja capaz de, falando, ouvindo e vendo, lutar contra as forças que o oprimem.

Entre 1952 e 1958, Ênio foi presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, o SNEL, onde contribuía ativamente para o desenvolvimento da classe. Dentre outras coisas, foi responsável pela publicação do *Boletim Bibliográfico Brasileiro*, única publicação regular do setor entre 1952 e 1967. (*Id.*, p.444)

Junto com a expansão da editora, porém, começaram a surgir divergências ideológicas entre Ênio e seu agora sócio Octalles. Alguns livros que Ênio desejava editar eram vetados pelos conselheiros de Octalles em São Paulo. Havia realmente um movimento na direção da publicação de certos autores marxistas que incomodava Octalles. Para resolver o impasse, Ênio foi então, aos poucos, comprando as ações de seu sócio.

As diferenças que separavam a editora de Octalles e a Civilização Brasileira foram mencionadas por Barbosa Lima Sobrinho no discurso com que recebeu Ênio Silveira como membro do Pen Club do Brasil, em agosto de 1991:

“Na verdade, entre a Companhia Editora Nacional, de Octalles, e a Civilização Brasileira havia uma grande distância, uma preocupada com o passado, outra orientada para o futuro. Uma direitista, outra apaixonadamente esquerdista, não medindo sacrifícios para a defesa de suas idéias”. (FELIX, 1998, p.398)

O próprio Octalles confirmava isso: “Eu sou um editor tradicional, gosto de conservar nossa tradição cultural. Já o Ênio é um editor de vanguarda, sempre pronto a lançar novas idéias”. (HALLEWELL, 1985, p.453)

3.4.

Arejamento de idéias

Quando se tornou acionista majoritário, Ênio pode publicar livremente autores “que repensassem criativamente o processo social, político e econômico brasileiro”, (FERREIRA, 1992, p.56) fossem eles marxistas ou não. A independência ideológica e partidária sempre foi uma das marcas da Civilização Brasileira. Tanto que ao ouvir representantes do Partido Comunista Brasileiro referirem-se à Civilização como “nossa editora”, Ênio reagiu afirmando resolutamente que a editora não pertencia ao Partido. E chegou mesmo a enfrentar Luís Carlos Prestes quando ele manifestou seu desagrado por um determinado título lançado pela Civilização. Um autor lançado pela editora que exemplifica o não-alinhamento à doutrinação do Partido é o trotskista Isaac Deutscher, de quem a Civilização publicou toda a obra. Ênio resumia assim a linha editorial de sua empresa:

“(…) era uma editora com uma linha de esquerda, não exclusivamente, ortodoxamente de esquerda, mas sobretudo e ortodoxamente numa linha não partidária. Porque eu não queria de maneira nenhuma ser submetido a limitações e restrições partidárias que me poderiam tolher todo esse desejo de contribuir para o arejamento dos espíritos no Brasil”. (*Id.*, p.62)

E esse arejamento era realmente necessário. A juventude brasileira era cerceada, limitada culturalmente. E respondeu com muito entusiasmo quando passou a ter acesso a pensadores de suma importância internacional. Jovens marxistas, como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, foram se aproximando da editora e passaram a colaborar muito com ela – inclusive na pioneira tradução da obra de Gramsci no Brasil. Ainda antes do Golpe, a Civilização publicou a primeira versão completa de *O Capital*, de Marx, em português. E lançou a coleção “Retratos do Brasil”, que Ênio considerava uma espécie de “Brasiliana viva”, pois era mais voltada para os problemas atuais do país naquela época, enquanto a coleção editada pela CEN era dedicada à importante preservação e publicação de documentos do passado.

O catálogo da editora era então voltado principalmente para a área de ciências humanas, mas contemplava também largamente a produção ficcional e poética do Brasil e do mundo. Além disso, havia títulos variados, sobre temas como filosofia, psicologia popular, educação sexual, ioga e zen-budismo. Em *O livro no Brasil*, Laurence Hallewell aponta a característica da editora de temperar seus lançamentos de alta qualidade – mas nem sempre grande rendimento financeiro – com *best-sellers* de venda garantida, especialmente no campo das traduções de ficção estrangeira. Destaca alguns títulos significativos: dentre os ingleses, ia de Agatha Christie, Daphne DuMaurier e Ian Fleming a George Eliot, Aldous Huxley, D.H. Lawrence, Gaham Greene e George Orwell. Dos americanos, publicou autores fundamentais como T.S. Eliot, William Faulkner, F. Scott Fitzgerald, Henry James, Norman Mailer, Tennessee Williams e Ernest Hemingway. Valorizou obras hispano-americanas tradicionalmente desprezadas pelas editoras, como as de Alejo Carpentier, Julio Cortázar e Ernesto Sábato. De Kafka a Molière, de Brecht a Oscar Wilde, de Sartre a Tchecov e Tolstoi. De *Lolita*, de Nabokov, a *Ulisses*, de Joyce (em monumental tradução de Antônio Houaiss). (HALLEWELL, 1985, pp.447-448) O jornalista Zuenir Ventura resume assim o caráter das publicações da Civilização Brasileira no período que vai de 1964 a 1968, considerado por muitos um dos mais férteis da indústria editorial brasileira:

“A Civilização Brasileira, investindo na qualidade, era capaz de audácias como o lançamento de *O capital* – em edição integral e pela primeira vez

em língua portuguesa – e de *Ulisses*, de James Joyce, numa portentosa tradução de Antônio Houaiss. A editora não temia, além disso, alternar um pacote de quatro Norman Mailer com a memorável trilogia sobre Trotsky, de Isaac Deutscher”. (VENTURA, 1988, p.54)

O editor Ênio Silveira, comentando o catálogo da Civilização, afirmava:

“O nosso catálogo era bastante eclético, mas de um modo geral ele se situava numa linha ideológica bem marcada, sobretudo com os estudos brasileiros, que eram sempre transformadores da realidade, num sentido que a classe dominante e seus porta-vozes não queriam que fossem. Ou seja, se você perguntar se a Civilização Brasileira ajudou a encaminhar um projeto, uma utopia socialista no Brasil? Respondo que sim, sem sombra de dúvidas. E isso eles achavam mais perigoso que qualquer plataforma política ou, na fase final, pós-64, mais perigoso que um assalto a banco”. (FERREIRA, 1992, p.93)

A Civilização Brasileira foi responsável por coleções importantíssimas para a análise da conjuntura sociopolítica do país. A já mencionada “Retratos do Brasil”, iniciada em 1960, incluía títulos provocadores, como *Radiografia de novembro*, de Bento Munhoz da Rocha, que tratava da tentativa empreendida por Carlos Lacerda em 1954 para impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek. Alguns outros títulos da coleção eram *Política externa independente*, de San Thiago Dantas, *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*, de Moniz Bandeira e outros, e *Assim marcha a família: onze dramáticos flagrantes da chamada sociedade cristã e democrática...*, de José Louzeiro.

Em 1962, a Civilização lançou os polêmicos “Cadernos do Povo Brasileiro”, que traziam o seguinte texto de capa: “Os grandes problemas de nosso país são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo: seu objetivo principal é o de informar: somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se”. (HALLEWELL, 1985, pp.451-452) O orientador da série, composta por folhetos populares, era Álvaro Vieira Pinto, um dos principais pesquisadores do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), instituição de orientação esquerdista financiada pelo governo de João Goulart e depois radicalmente perseguida pelos militares. Hallewell julga necessário dar uma relação completa dos títulos da coleção para que se possa avaliar com precisão sua natureza. Aqui, porém, vão apenas alguns exemplos: *Que são as ligas camponesas?*, de Francisco Julião; *Quem é o povo no Brasil?*, de Nelson Werneck

Sodré; *Quem faz as leis no Brasil?*, de Osny Duarte Pereira; *Por que os ricos não fazem greve?*, de Álvaro Vieira Pinto; *O que é a reforma agrária?*, de Paulo Schilling; *Como atua o imperialismo ianque?*, de Sylvio Monteiro; e *Desde quando somos nacionalistas?*, de Barbosa Lima Sobrinho. Sobre os “Cadernos”, Ênio comentava:

“Foi uma coleção, se se quiser, engajada, mas não necessariamente. Apesar do partido querer utilizar a coisa como instrumento de propaganda política, ainda assim a coleção não era partidária. (...) Essa coleção começou pouco antes do golpe e permaneceu durante o golpe, ma foi logo terminada, porque, quando eles descobriram, fizeram parar. Aprenderam vários livros e prenderam alguns autores. Mas este livro [*Por que os ricos não fazem greve?*], em especial, chegou a ter três tiragens consecutivas, alcançou cem mil exemplares. Era vendido muito barato.” (FERREIRA, 1992, pp.90-91)

No prefácio ao livro de Jalusa Barcellos, *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*, Ênio ressalta a parceria que se estabeleceu entre a editora e o CPC no que diz respeito à distribuição dos *Cadernos*. E acrescenta: “Com tiragens de 20 mil exemplares, muito significativas em 1963, esses pequenos volumes eram lidos e discutidos em centros acadêmicos, debatidos *no* e *com* o CPC, e exerceram significativo papel conscientizador”. (SILVEIRA, 1994, p.12)

Além dos volumes regulares, a coleção lançou três títulos extras, os famosos “Violão de rua: poemas para a liberdade”. Como uma subcoleção dentro dos “Cadernos”, os três volumes de “Violão de rua” lançaram no mercado jovens poetas como Affonso Romano de Sant’Anna e José Carlos Capinam, ao lado de outros já consagrados, como Vinicius de Moraes, Moacyr Felix e Ferreira Gullar. A ideologia que orientava a publicação é resumida nas palavras do poeta Moacyr Felix, um dos organizadores da coleção: “O artista que pratica sua arte situando seu pensamento e sua atividade criativa exclusivamente em função da própria arte é apenas a pobre vítima de um logro tanto histórico quanto existencial”. (<http://www.culturapara.com.br/rbarata/ruylivro.htm>) E mais:

“Violão de rua é um gesto resultante da poesia encarada como forma de conhecimento do mundo e servindo, portanto, ao esforço para uma tomada de consciência das realidades últimas que nos definem dentro deste mesmo mundo; (...) obra participante mas não partidária, pretende ser mais um solavanco nas torres de marfim de uma estética puramente formal, conservadora e reacionária (...). Violão de rua almejará ser a utilização, em termos de estética, de temas reais, baseada na certeza de que tudo aquilo que é verdadeiro serve ao povo, de que o uso

apaixonado de uma verdade é o instrumento por excelência da humanização da vida”. (FELIX, 1980, pp.145-146)

Affonso Romano, no livro *Música popular e moderna poesia brasileira*, assim se refere à série:

“Tentativa de manter uma posição de vanguarda sem comprometimento com o formalismo estético. Utilização de todas as formas poéticas, inclusive as folclóricas e populares. Poesia ideológica e humanista. Poetização dos temas históricos, fatos jornalísticos e episódios da vida política brasileira. Heterogeneidade de seus membros, arrolando poetas de todas as tendências e gerações. Desinteresse pelo aspecto visual e gráfico do poema. Exploração do aspecto sonoro do verso através do teatro popular e apresentação pública de textos. Crença de que o poeta deve participar ativamente do processo histórico.” (<http://www.culturapara.com.br/rbarata/ruylivro.htm>)

À ousadia nos títulos, Ênio juntava modernas técnicas na apresentação gráfica do livro. Contando com o trabalho do capista Eugênio Hirsch, que dizia de si mesmo “eu não vim para agradar, vim para agredir”, a Civilização Brasileira revolucionou a indústria editorial brasileira quanto ao aspecto gráfico. Diz Hallewell:

“O aspecto do moderno livro brasileiro, de qualquer editora, ajusta-se basicamente ao estilo adotado pela Civilização Brasileira em meados da década de sessenta. As capas passaram a ser desenhos ocupando toda a altura e largura do volume, em quatro cores, quase sempre com o registro do devido crédito ao artista no verso da página de rosto. O projeto tipográfico finalmente atualizou-se segundo o melhor costume moderno: particularmente os espaços em branco passaram a ser utilizados mais generosa e atraentemente do que até então, e um esforço real foi dedicado à elaboração do *lay-out* pelo menos da página de rosto. (...) De muitas maneiras, as inovações representaram um rompimento final com padrões e práticas oriundos da França e a adoção de métodos norte-americanos”. (HALLEWELL, 1985, p.454)

3.5.

O feijão e o sonho

A atividade editorial, mais do que qualquer outra atividade empresarial, é forçada a se equilibrar constantemente entre o que Ênio Silveira gostava de

chamar, citando o romance de Orígenes Lessa, “o feijão e o sonho”. Como empresa, precisa ser economicamente viável, ser um negócio rentável. Como instrumento de difusão cultural, precisa seguir uma ideologia, muitas vezes utópica. O editor deve saber conciliar uma boa administração financeira e uma perspicaz visão de mercado sem abrir mão de seus valores fundamentais, ainda que estes lhe custem certa redução nos lucros. “O contraponto feijão/sonho é o que dá a justa medida da qualidade de um editor”. (FERREIRA, 1992, p.97) Manter-se rigorosamente dentro dos limites da ética e da retidão nas relações humanas é um grande desafio, e há inúmeros exemplos que comprovam a dificuldade de muitos empresários em vencê-lo. Sobre sua postura ética, dizia Ênio:

“Não é justo que num país de subnutridos ou desnutridos, sendo eu um homem amparado por uma solidez familiar, amparado por uma solidez biológica, de alimentação adequada, de estudo adequado, de conforto e dos prazeres da vida, e tendo nas mãos uma arma de cultura, disseminadora de cultura, a utilize impropriamente. Sempre tive uma auto-imposta visão ética da minha profissão de editor. Acho que ser editor num país como o Brasil, em qualquer lugar do mundo eu diria, mas particularmente num país como o Brasil, impõe a obrigação de querer transformar esta sociedade, melhorá-la, aprimorá-la. Tudo o que pude fazer como editor foi nesse sentido. Sem medir sacrifícios e sem me subordinar cem por cento ao feijão. Eu talvez tenha, fazendo uma autocrítica, freqüentemente me deixado dominar mais pelo sonho do que pelo feijão (...)”. (*Id.*, pp.99-100)

Não é verdadeira, porém, a imagem de “Dom Quixote da literatura” que muitos queriam impor a Ênio. Embora muitas vezes empreendesse negócios de rentabilidade incerta em função de valores éticos e morais, Ênio não ignorava a necessidade de investir em livros que pudessem dar um retorno financeiro maior.

3.6.

A repressão

A Civilização Brasileira foi uma das editoras mais perseguidas durante a ditadura militar. Sua linha editorial voltada para a publicação de obras e autores considerados “subversivos” lhe valeu rigorosos enfrentamentos com a censura e a política repressiva dos generais. Logo após o Golpe de 1964, o editor Ênio

Silveira teve seu nome incluído em uma das primeiras listas de pessoas que tiveram seus direitos políticos cassados. Os livros da Civilização Brasileira passaram a ser apreendidos nas gráficas ou mesmo nas livrarias. A pressão para que os livreiros não comprassem mais livros dessa editora era enorme, e muitos, intimidados, deixaram de encomendar livros da Civilização. Sobre essa apreensão de livros que se abateu sobre o país, diz Hallewell:

“Milhares de livros foram sumariamente confiscados de livrarias e de editoras pelas mais diversas razões: por falarem do comunismo (mesmo que fosse contra), porque o autor era *persona non grata* do regime, por serem traduções do russo, ou simplesmente porque tinham capas vermelhas. Muitos policiais se contentavam com qualquer coisa que tivesse a marca da Civilização Brasileira (...)”. (HALLEWELL, 1985, p.483)

Muitas apreensões viraram motivo de piada, dada a incapacidade dos agentes da lei de reconhecerem o que era ou não subversivo, o que os levava a confiscar obras que não tinham qualquer relação com o comunismo ou a esquerda. “Só parece ter escapado o Livro Vermelho dos Telefones”, (*Id., ibid.*) dizia um editorial do *Jornal do Brasil* em janeiro de 1966.

A editora Civilização Brasileira logo se tornou, ao lado do jornal *Correio da Manhã*, um dos principais núcleos de resistência e oposição à ditadura. Sua livraria, no Centro, tornou-se um ponto de encontro dos intelectuais de esquerda. Ali se encontravam pessoas como Leandro Konder, Moacyr Felix, Ferreira Gullar, Carlos Heitor Cony, Antônio Callado, Antônio Houaiss, Nelson Werneck Sodré e Paulo Francis. Eunice Duarte, que trabalhou por cerca de dez anos ao lado de Ênio na editora, afirma que a Civilização tornou-se um importante centro de discussão. A movimentação nos corredores era intensa, e o clima de agitação permanente fazia com que a editora fosse uma espécie de caixa de ressonância onde se refletia o clima do país.³

A Civilização publicou, em meados de 1964, um dos primeiros relatos sobre o Golpe de abril: *Os idos de março e a queda em abril*, de Alberto Dines. Em 1965, lançou *Até quarta, Isabela*, uma reunião de cartas escritas na prisão pelo líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Foi também nessa época que se publicaram importantes periódicos em que opiniões contrárias ao governo eram

³ Depoimento de Eunice Duarte à autora.

veiculadas. A revista de comentário político *Reunião*, que saía quinzenalmente, circulou apenas por poucos meses. O Ato Institucional nº. 2, de outubro de 1965, limitou de tal forma as liberdades civis que fez com que muitos revendedores se intimidassem e deixassem de trabalhar com ela. A *Paz e Terra*, revista que reunia o pensamento progressista cristão, era dirigida por Waldo César. Mais tarde se consolidaria como uma nova editora, passando a lançar também títulos importantes. O historiador José Honório Rodrigues coordenou, para a Civilização, a revista *Política Externa Independente*, que teve poucos números. O mais importante periódico desse momento, porém, foi sem dúvida a *Revista Civilização Brasileira*, que chegou a ter tiragens de vinte mil exemplares. O terceiro capítulo desta monografia tratará sobre ela em detalhes.

Os periódicos e os livros francamente em oposição ao regime publicados pela editora e a postura combativa de Ênio Silveira fizeram com que ele se tornasse alvo de uma forte perseguição. Sua primeira prisão ocorreu logo após o Golpe. Os militares queriam interrogá-lo sobre a origem de seus bens, uma vez que não acreditavam ser possível se obter algum lucro, no Brasil, com a publicação de livros sobre política e ciências sociais. Com essa prisão, a editora sofreu um tremendo golpe financeiro: pouco tempo antes, Ênio havia acertado com o Banco Nacional a compra de duzentas toneladas de papel da Finlândia. A encomenda já havia sido feita quando veio o Golpe e, logo depois, a prisão de Ênio. O banco mudou de idéia quanto ao financiamento da compra, sob a justificativa de que “as condições haviam mudado e certamente não poderia levar adiante o acordo”. (FERREIRA, 1992, p.66) Ênio teve de se desfazer de uma parte significativa de seu patrimônio para arcar com as despesas.

Pouco mais de um ano depois, em maio de 1965, Ênio foi indiciado no que ficou conhecido como o “IPM da feijoada”. Tratava-se da alegação de que o editor tivesse auxiliado o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, em sua fuga do país. O que Ênio na realidade fizera fora oferecer ao governador um almoço em sua casa, pouco antes de Arraes se refugiar na embaixada da Argélia. A famosa feijoada servida, à qual compareceram inúmeros intelectuais de esquerda, amigos de Arraes, causou a Ênio cerca de vinte dias de prisão.

As apreensões de livros da editora e as várias prisões de Ênio tiveram um enorme peso sobre as finanças da Civilização. Um dos golpes mais duros, porém, está relacionado à Companhia Editora Nacional, e aconteceu antes mesmo do

Golpe. A Civilização continuava sendo a representante de vendas da CEN no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Como já se disse, o catálogo da CEN era voltado principalmente para o setor de livros didáticos. Diversas ordens religiosas, responsáveis por colégios espalhados por todo o país, começaram a enviar cartas para Octalles afirmando que “havia uma contradição básica entre as organizações educacionais da Igreja Católica” e o fato da CEN ser representada pela editora de um “notório comunista”, o senhor Ênio Silveira. Diante dessa contradição, seus colégios suspenderiam a compra dos livros didáticos da CEN. Como única solução possível para o impasse, Ênio se propôs a abrir mão da representação da CEN, o que significava a perda de um ganho seguro em um momento em que a editora se via atacada por todos os lados. Octalles ainda relutou, tentando encontrar outros caminhos, mas não havia saída. A Civilização deixou de representar a CEN e perdeu cerca de 40% de sua renda estável.

Outro dos fortes golpes financeiros que a editora sofreu foi a apreensão dos originais, do material de gráfica (fotolitos, filmes etc.) e da tiragem inicial de cinco mil exemplares do primeiro volume de uma tradução da obra de Lênin feita por Álvaro Vieira Pinto. Ênio pagou ao tradutor e à gráfica conforme o combinado, mas não pode vender um exemplar sequer. Ao todo, mais de trinta títulos da editora foram apreendidos. “Eles invadiam nosso depósito, iam às livrarias, recolhiam os livros e sumiam com eles. (...) Foi um período terrível. Nós éramos atacados de todas as maneiras possíveis e imagináveis, cerceados: intimidação a livreiros e gráficos, apreensão de livros”. (*Id.*, p.71)

Um exemplo da pressão exercida contra as gráficas é o processo que foi movido contra Felix Cohen Zaide, dono da Gráfica Lux. A gráfica era responsável pela impressão de parte do catálogo da Civilização, o que inclui todos os números da *Revista Civilização Brasileira*.

Contribuíram também para a crítica situação financeira em que a editora mergulhou ao longo da ditadura o corte de créditos e a proibição de negociar com instituições públicas, especialmente com o Banco do Brasil. Não tendo outra opção, Ênio foi obrigado a pedir concordata em 1966. Depois de vender grande parte de seu patrimônio pessoal e de lutar ferozmente para saldar as dívidas, conseguiu reequilibrar, por algum tempo, as finanças da editora. Uma carta sua a Glauber Rocha, de 25 de novembro de 1975, mostra a precária situação em que a empresa se encontrava. Ênio respondia a um pedido de ajuda financeira

(adiantamentos a serem pagos por originais que Glauber enviaria para publicação) feito pelo cineasta, então exilado na Europa. Diz Ênio:

“Como seu amigo e admirador há tão longo tempo, é evidente que procurarei ajudá-lo. Não tenho condições, entretanto, de o fazer na medida de suas necessidades e com a urgência reclamada. Se você é um exilado na Europa, lembre-se de que também o sou, aqui dentro. Preso e processado tantas vezes, sofro agora os reflexos econômicos que minha condição de paria me traz: o establishment não me topa e poucos são os banqueiros que querem financiar a Civilização, tida e havida por eles como permanentemente consorciada com o ‘inimigo’... Vivemos, pois, um dia-a-dia de riscos, e a simples sobrevivência já constitui feito heróico.” (ROCHA, 1997, p.542)

Depois de algumas considerações práticas sobre as propostas enviadas por Glauber e sua adequação ao mercado editorial brasileiro, Ênio termina com uma mensagem que dá o tom de seu posicionamento: “Aguardo essas providências para verificar como, quando e de que forma poderei ajudá-lo. Até lá, agüente as pontas, que a luta mal começou...” (*Id.*, p.543)

Ainda sobre esses problemas financeiros, diz Hallewell:

“Já em meados de 1970 a recusa de crédito bancário fora eficiente o bastante para obrigá-lo a levantar capital de giro por meio de vultosas liquidações, até mesmo de obras como o *Dicionário das artes plásticas no Brasil*, de Roberto Pontual, livro de referência absolutamente não polêmico (porém caro), publicado apenas um ano antes, e que em circunstâncias normais teria tido uma vendagem firme e garantida por vários anos”. (HALLEWELL, 1985, p.497)

A fúria dos militares e dos grupos de extrema-direita, porém, ia além do simples corte de créditos. Na madrugada do dia 14 de outubro de 1968, Ênio Silveira estava em casa, dormindo, quando recebeu o telefonema do senhor que fazia a segurança da livraria da editora, na rua Sete de Setembro. O antigo sargento, expulso do exército por ser de esquerda, estava apavorado: haviam colocado uma bomba na livraria e metade da fachada tinha vindo abaixo. Ênio correu para o local e ficou petrificado diante da cena: quase cinqüenta cabeças espalhadas pelo chão diante dos escombros. Um instante depois, porém, percebeu o que de fato acontecera: uma loja de perucas, ao lado da livraria, fora também atingida pela explosão, e os manequins haviam se espalhado pela calçada.

Esse seria apenas o primeiro atentado. Em novembro de 1970, um misterioso incêndio arrasaria novamente a livraria e os escritórios centrais da editora. Três anos antes, em janeiro de 1967, a livraria Freitas Bastos, vizinha à Civilização, sofrera um incêndio muito parecido, cujas causas nunca foram descobertas. Muitos acreditam que a Freitas Bastos foi incendiada, por engano, pelo mesmo grupo que, em 1970, atingiu o alvo certo – a Civilização Brasileira.

O editor Ênio Silveira foi preso sete vezes durante a ditadura. Uma delas foi no dia de seu aniversário, quando Ênio reunira alguns amigos em sua casa. Armados com metralhadoras, os soldados invadiram o apartamento, prenderam Ênio e perguntaram por outros intelectuais também sob ordem de prisão. Um deles era o escritor Antônio Callado, que chegava justamente naquele momento à festa. Em inglês, Ênio advertiu o amigo, que não foi reconhecido pelos policiais e conseguiu assim se livrar da prisão. Em dezembro de 1968, logo após a publicação do AI-5, Ênio foi preso novamente. Em maio de 1970, Ênio foi detido por ter publicado, em 1965, o livro *Brasil – guerra quente na América Latina*, de João Maia Neto. No final de outubro do mesmo ano, Ênio foi preso pela sexta vez, sob a mira de duas metralhadoras, sem qualquer justificativa. Sua liberação, dez dias depois, também nunca foi explicada.

Em uma de suas prisões, Ênio perguntou ao coronel Gerson de Pina por que havia tanto ódio contra a Civilização Brasileira. A resposta dá uma medida da importância do livro como instrumento de difusão cultural e do destaque que Ênio alcançara nessa área:

“Porque você é uma das mais eficientes armas de sabotagem de nossos princípios de vida. Uma editora (...) é uma arma perigosíssima, que você arma silenciosa e constantemente. Por isso é que você foi preso. Você é mais perigoso pra nós que um sujeito que está assaltando um banco”. (FERREIRA, 1992, p.94)

3.7.

O Albatroz

Durante a década de 70, Ênio foi sendo absolvido das acusações que pesavam contra ele. Possivelmente as autoridades se sentiram um pouco

constrangidas pelo fato de a imprensa e a Anistia Internacional estarem dando publicidade ao caso. Apesar das dificuldades cada vez maiores, a editora continuava lançando títulos importantes na oposição ao regime: *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, de Engels, em tradução de Leandro Konder (1974); *O golpe de '64: a imprensa disse "não"*, de Thereza Cesário Alvim (1979); *Fazenda modelo*, de Chico Buarque (1974); *Bar Don Juan*, de Antônio Callado (1972 – antes, em 1967, a Civilização havia lançado, do mesmo autor, o romance *Quarup*).

A ação oficial contra os clássicos do socialismo teórico foi abrandada na década de 70. A repressão estava mais voltada para obras que fizessem críticas diretas à situação do país. Assim, a Civilização pode vender cerca de 50 mil exemplares de *O Capital* no Brasil e mais cerca de 20 mil em Portugal (que estava sob o impacto da recente Revolução dos Cravos, de 1974). (HALLEWELL, 1985, p.498) Foi também em meados de 1970 que a Civilização passou a investir na venda de livros pelo Correio, o que chegou a representar 5% de seu total de vendas.

Em 1978, com o abrandamento da censura, Ênio pode relançar a *Revista Civilização Brasileira*, agora sob o nome *Encontros com a Civilização Brasileira*. Esse novo periódico também teve enorme sucesso, tendo 29 números publicados entre julho de 1978 e janeiro de 1982. Com o início da abertura, certos temas deixaram de ser tabu. Sobre esse momento, Ênio comentou, em seu discurso de posse no Pen Club do Brasil, em agosto de 1991:

“Mas, por um desses paradoxos que tornam ainda mais confusa a história de certas pessoas e de determinadas nações, a restauração da ordem democrática, ou, melhor dito, da ‘aparência democrática’, tornou como que redundante ou supérflua nossa atitude de *partisans* editoriais. Exaurida por anos de luta, que lhe consumiram o modesto patrimônio material a duras penas amealhado, a Civilização Brasileira e eu mesmo nos demos conta de que estávamos agonizando, em termos empresariais, ao chegar à praia depois da tempestade. Seríamos como o albatroz do famoso poema de Baudelaire?” (FELIX, 1998, p.78)

O ímpeto combativo da Civilização Brasileira parece ter abrandado um pouco nesse período do início da abertura, possivelmente em função de problemas de saúde vividos por Ênio Silveira:

“E também fiz minha própria história fantástica. Tive uma isquemia cerebral, fiquei totalmente paralítico do lado esquerdo. Um quadro de isquemia provocado por tensão nervosa. De repente eu fiquei paralítico e não pude falar direito durante três meses. Tive que reaprender a andar (...). Isso aconteceu como subproduto do golpe”. (*Id., ibid.*)

Apesar de ter conseguido sair da concordata e saldar algumas dívidas com a liquidação de títulos importantes e com a venda de patrimônio pessoal, Ênio continuava com uma empresa combalida nas mãos. Procurou então se associar com outras editoras, mas não apareceram muitas propostas. Por fim, em 1985, Ênio entrou em contato com o empresário português Manuel Bulhosa, um banqueiro milionário que já havia comprado a editora Difel, de São Paulo. Interessado em expandir seus negócios no Brasil, Bulhosa comprou 80% da Civilização Brasileira, tendo firmado o acordo de não desvirtuar sua linha editorial. Bulhosa declarou-se grande admirador de Ênio – embora não concordasse com suas idéias políticas –, e lhe pediu que continuasse como diretor da empresa. De fato, Bulhosa cumpriu o acordo, e nunca vetou, por razões ideológicas, sequer um título proposto por Ênio. Algum tempo depois, Ênio vendeu a Bulhosa os vinte por cento das ações da editora que lhe restavam.

“Sou muito grato ao Bulhosa pelo simples fato de ele ter mantido a Civilização Brasileira. Não importa que eu seja hoje, de uma empresa que foi minha, um mero assessor. O importante é que a empresa continua atuando. Ele, absolutamente capitalista, recomeçou a empresa, que agora está novamente estável, está se reerguendo financeiramente. E eu continuo com muita liberdade”. (*Id.*, p.81)

Por mais de dez anos, até a sua morte, Ênio continuou como diretor da civilização e como conselheiro da Bertrand – grande editora de Bulhosa em Portugal, que depois inaugurou aqui a Bertrand Brasil – e da Difel. Em 1996, pouco depois da morte de Ênio, Bulhosa vendeu o grupo BCD (Bertrand, Civilização e Difel) para o poderoso grupo Record. Parece que o empresário português mantinha suas editoras no Brasil como uma espécie de deferência especial ao editor que tanto admirava. Hoje a Civilização Brasileira funciona como um selo dentro do grupo Record, relançando importantes títulos do antigo catálogo e incorporando novos autores.

Para concluir, mais uma citação de Laurence Hallewell. Embora longo, o trecho sintetiza a importância do editor Ênio Silveira e de sua empresa, a editora Civilização Brasileira, como pólos de resistência e coragem política, difusão cultural, modernização e democratização do livro no Brasil:

“Pelo menos de igual importância, para o desenvolvimento da indústria editorial brasileira, foi o exemplo dado por Ênio Silveira na administração de sua própria empresa, a Civilização Brasileira. Sua contribuição em métodos administrativos, publicidade, produção gráfica e política editorial foi, no conjunto, quase tão importante, em seu tempo, quanto haviam sido as inovações de Monteiro Lobato.

Como Lobato, Ênio Silveira é um radical; mas, enquanto Lobato virtualmente abandonou a atividade editorial para dedicar-se a suas campanhas políticas, a política de Ênio Silveira encontrou expressão em seu trabalho editorial – a ponto de pôr em risco a própria existência de seu negócio durante os primeiros anos após a revolução de 1964.

O autor em desacordo com um *régime* que tenta ultrapassar os limites da tolerância oficial pode frequentemente imitar Victor Hugo ou Karl Marx, fugindo para o estrangeiro para disseminar suas idéias malquistas a partir do abrigo seguro do exílio. Um editor não tem essa opção: ou calará sua crítica, ou se exporá, e seu negócio, a enorme variedade de sanções de que dispõe o Estado moderno. E enquanto o autor perseguido tem quase que assegurada a simpatia do público, o editor que tomba, vítima das formas mais insidiosas de pressão governamental (tais como restrição de crédito ou tributação injusta) pode ver sua própria ruína popularmente atribuída a mera inépcia comercial. Contudo, aparecem ocasionalmente homens dispostos a correr esse risco por suas convicções. Ênio Silveira manteve-se fiel a uma política editorial que pôs à prova os limites de tolerância de todos os governos, desde Castello Branco até Geisel. Como resultado disso, sofreu contínuos prejuízos financeiros e dilapidação de patrimônio, repetidas prisões e pelo menos uma tentativa de assassinato”. (HALLEWELL, 1985, p.445)